



Presidência do Conselho de Ministros  
*Secretaria-Geral*



## **DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO**

- Atos publicados na I e II Série -

### **NEWSLETTER DIGESTO Nº 18 /2013**

**Disponibilização: 09 de setembro de 2013**

**Período abrangido: 26 de agosto a 06 de setembro de 2013**

#### **ÍNDICE TEMÁTICO**

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
  - **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
  - **VETERINÁRIA**
- 4. AMBIENTE**
- 5. CULTURA**
- 6. DESPORTO**
- 7. EDUCAÇÃO**
- 8. EMPRESAS**
  - **EMPRESAS PÚBLICAS**
- 9. ENERGIA**
- 10. ENTIDADES REGULADORAS**
- 11. FINANÇAS**
  - **ATIVIDADE SEGURADORA**
- 12. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**



**13. JUSTIÇA**

- **REGISTOS**

**14. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

- **QUESTÕES CONSULARES**

**15. OBRAS PÚBLICAS**

**16. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**17. REGIÕES AUTÓNOMAS**

- **AÇORES**

**18. SAÚDE**

**19. SEGURANÇA SOCIAL**

**20. TRABALHO**

**21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

- **COMUNICAÇÕES**
- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**



## **1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**

### **Despacho n.º 11540/2013, de 05 de setembro**

**(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, da Administração Interna, da Justiça, da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado para a Modernização Administrativa, da Administração Local, dos Assuntos Fiscais, da Administração Interna, da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social)**

Determina a adoção da tabela simplificada de freguesias, constante em anexo, para efeitos de compatibilização com as bases de dados, ferramentas informáticas e sistemas de informação dos serviços e organismos públicos tutelados pelos signatários.

## **2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto**

**(Assembleia da República)**

Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/84, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro.

### **Lei n.º 66/201, de 27 de agosto**

**(Assembleia da República)**

Altera (primeira alteração), por apreciação parlamentar, o Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, que no uso da autorização legislativa conferida pela Lei n.º 8/2013, de 22 de janeiro, aprova o regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, alterando a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro.

### **Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto**

**(Assembleia da República)**

Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.



**Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2013, de 30 de agosto**  
**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Aprova um regime excecional de dispensa de serviço público dos trabalhadores da Administração Pública que cumulativamente detenham a qualidade de bombeiro voluntário, quando sejam chamados pelo respetivo corpo de bombeiros para combater um incêndio florestal.

**Despacho n.º 11574/2013, de 05 de setembro**

**(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)**

Transmite orientações para simplificação da análise e decisão dos pedidos de transição do pessoal médico para o regime de trabalho de 40 horas semanais.

### **3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**

**Despacho n.º 11046/2013, de 27 de agosto**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)**

Introduz alterações ao Catálogo Nacional de Variedades.

- **VETERINÁRIA**

**Decreto-Lei n.º 123/2013, de 28 de agosto**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Estabelece as regras que constituem o sistema de identificação dos equídeos nascidos, ou introduzidos, em Portugal, assegurando a execução e garantindo o cumprimento, no ordenamento jurídico nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 504/2008, da Comissão, de 6 de junho de 2008, no que respeita a métodos para identificação de equídeos.

**Despacho n.º 11496/2013, de 04 de setembro**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)**

Aprova as regras da campanha de vacinação antirrábica e de identificação eletrónica.

### **4. AMBIENTE**

**Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões



para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição).

## **5. CULTURA**

### **Decreto-Lei n.º 124/2013, de 30 de agosto** **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Procede à regulamentação da Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento e proteção das atividades cinematográficas e audiovisuais, às obrigações de investimento e ao registo de obras e empresas cinematográficas e audiovisuais.

## **6. DESPORTO**

### **Lei n.º 74/2013, de 06 de setembro** **(Assembleia da República)**

Cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva lei.

## **7. EDUCAÇÃO**

### **Decreto Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto** **(Ministério da Educação e Ciência)**

Define a composição e o modo de funcionamento do Conselho das Escolas e aprova o regulamento eleitoral dos respetivos membros.

### **Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto** **(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Altera (terceira alteração) o regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A e 17/2010/A, respetivamente, de 6 de setembro e de 13 de abril.

## **8. EMPRESAS**

### **Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto** **(Assembleia da República)**

Aprova os requisitos de acesso e exercício das atividades das empresas de manutenção de instalações de elevação e das entidades inspetoras de instalações de elevação, e seus profissionais, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno.



## • EMPRESAS PÚBLICAS

### Decreto-Lei n.º 129/2013, de 06 de setembro

**(Ministério das Finanças)**

Aprova o processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, S. A..

## 9. ENERGIA

### Diretiva n.º 14/2013, de 02 de setembro

**(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)**

Aprova os termos e condições das auditorias a realizar no âmbito da aplicação do Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia.

### Diretiva n.º 15/2013, de 03 de setembro

**(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)**

Aprovação do Manual de Procedimentos do Acesso às Infraestruturas do setor do gás natural.

## 10. ENTIDADES REGULADORAS

### Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto

**(Assembleia da República)**

Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo.

## 11. FINANÇAS

### Lei Orgânica n.º 2/201, de 02 de setembro

**(Assembleia da República)**

Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

### Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro

**(Assembleia da República)**

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

## • ATIVIDADE SEGURADORA

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto

**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Aprova o caderno de encargos do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho.



## **12. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

### **Regulamento n.º 325/2013, de 27 de agosto**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.)**

Aprova o Regulamento de Bolsas de Investigação Científica a atribuir pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA).

### **Regulamento n.º 326/2013, de 27 de agosto**

**(Ministério da Educação e Ciência - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.)**

Introduz alterações ao Regulamento de Bolsas de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. - FCT, I. P.

## **13. JUSTIÇA**

### **Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto**

**(Assembleia da República)**

Estabelece as normas de enquadramento e de organização do Sistema Judiciário.

### **Decreto-Lei n.º 122/2013, de 26 de agosto**

**(Ministério da Justiça)**

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 272/2001, de 13 de outubro, que determina a atribuição e transferência de competências relativas a um conjunto de processos especiais dos tribunais judiciais para o Ministério Público e para as conservatórias de registo civil, regulando os correspondentes procedimentos.

### **Portaria n.º 277/2013, de 26 de agosto**

**(Ministérios das Finanças e da Justiça)**

Fixa a taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, e revoga a Portaria n.º 597/2005, de 19 de julho.

### **Portaria n.º 278/2013, de 26 de agosto**

**(Ministério da Justiça)**

Regulamenta o processamento dos atos e os termos do processo de inventário no âmbito do Regime Jurídico do Processo de Inventário aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março.

### **Portaria n.º 279/2013, de 26 de agosto**

**(Ministério da Justiça)**

Altera as Portarias n.ºs 312/2009 e 313/2009, de 30 de março, e 202/2001, de 20 de maio, no âmbito do novo Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho.

### **Portaria n.º 280/2013, de 26 de agosto**

**(Ministério da Justiça)**

Regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais.



**Portaria n.º 282/2013, de 29 de agosto**  
**(Ministério da Justiça)**

Regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis.

**Decreto-Lei n.º 125/2013, de 30 de agosto**  
**(Ministério da Justiça)**

Altera o Código do Registo Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224/84, de 6 de julho, o Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho e o Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de agosto.

**Decreto-Lei n.º 126/2013, de 30 de agosto**  
**(Ministério da Justiça)**

Procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, que aprova o Regulamento das Custas Processuais.

**Portaria n.º 284/2013, de 30 de agosto**  
**(Ministério da Justiça)**

Procede à quinta alteração da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades.

**Lei n.º 74/2013, de 06 de setembro**  
**(Assembleia da República)**

Cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva lei.

- **REGISTOS**

**Portaria n.º 283/201, de 30 de agosto**  
**(Ministério da Justiça)**

Altera as Portarias n.ºs 621/2008, de 18 de julho, que regulamenta os pedidos de registo predial, 1535/2008, de 30 de dezembro, que regulamenta o depósito eletrónico de documentos particulares autenticados e o pedido online de atos de registo predial e 99/2008, de 31 de janeiro, que regulamenta a promoção online de atos de registo de veículos, a certidão online de registo de veículos, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que tenha por atividade principal a compra de veículo para revenda, a promoção de atos de registo de veículos pelo vendedor que proceda com carácter de regularidade à transmissão da propriedade de veículos e a promoção online do registo da penhora de veículos.

## **14. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

- **QUESTÕES CONSULARES**

**Aviso (extrato) n.º 10564/2013, de 27 de agosto**  
**(Ministério dos Negócios Estrangeiros – Secretaria-Geral)**

Aprova as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de setembro de 2013.





## **15. OBRAS PÚBLICAS**

### **Despacho n.º 11215-A/2013, de 29 de agosto**

**(Ministério da Economia - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações)**

Cria um grupo de trabalho com objetivo de apresentar ao Governo as recomendações relativamente ao investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado.

## **16. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

### **Aviso n.º 10567/2013, de 27 de agosto**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo)**

Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional para o município de Almeirim.

### **Decreto n.º 29/2013, de 02 setembro**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Procede à primeira alteração do Decreto n.º 31/2012, de 10 de dezembro, que exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno baldio, com a área de 4900 m<sup>2</sup>, pertencente ao perímetro florestal das Serras do Soajo e Peneda.

## **17. REGIÕES AUTÓNOMAS**

- **AÇORES**

### **Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto**

**(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Altera (terceira alteração) o regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A e 17/2010/A, respetivamente, de 6 de setembro e de 13 de abril.

## **18. SAÚDE**

### **Despacho n.º 11253/2013, de 30 de agosto**

**(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)**

Determina as aplicações para as quais é obrigatória, para todas as entidades do Ministério da Saúde e instituições do Serviço Nacional de Saúde, a aquisição centralizada de serviços de manutenção corretiva e evolutiva, para 2014, através da SPMS, E.P.E.



**Despacho n.º 11254/2013, de 30 de agosto**

**(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)**

Substitui os modelos de receita médica aprovados pelas alíneas a) a c) do n.º 1 e pelos anexos I a III do Despacho n.º 15700/2012, de 30 de novembro, do Secretário de Estado da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 238, de 10 de dezembro, até à caducidade da providência cautelar de suspensão da eficácia de normas decretada pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.

**Lei n.º 71/2013, de 02 de setembro**

**(Assembleia da República)**

Regulamenta a Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativamente ao exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais.

**Decreto-Lei n.º 128/2013, de 05 de setembro**

**(Ministério da Saúde)**

Procede à alteração (oitava alteração) do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos medicamentos de uso humano, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2013, de 14 de fevereiro, transpondo as Diretivas n.ºs 2009/35/CE, de 23 de abril de 2009, 2011/62/UE, de 8 de junho de 2011, e 2012/26/UE, de 25 de outubro de 2012.

## **19. SEGURANÇA SOCIAL**

**Portaria n.º 281/2013, de 28 de agosto**

**(Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)**

Determina os valores dos coeficientes de revalorização das remunerações de referência que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social e do regime do seguro social voluntário e revoga a Portaria n.º 241/2012, de 10 de agosto.

## **20. TRABALHO**

**Acórdão n.º 325/2013, de 26 de agosto**

**(Tribunal Constitucional)**

Não julga inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 421/83, de 2 de dezembro [revê o regime jurídico da duração do trabalho na sua disciplina específica do trabalho extraordinário], interpretada no sentido de que a extensão do regime definido no diploma às empresas concessionárias de serviço público ficou dependente de publicação de adaptações a estabelecer por portaria, que não chegou a ser publicada.

**Lei n.º 63/2013, de 27 de agosto**

**(Assembleia da República)**

Institui mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado - primeira alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e quarta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro.



**Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto**

**(Assembleia da República)**

Altera (quinta alteração) o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho.

**Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto**

**(Assembleia da República)**

Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho.

## **21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

- **COMUNICAÇÕES**

**Despacho n.º 11215-A/2013, de 29 de agosto**

**(Ministério da Economia - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações)**

Cria um grupo de trabalho com objetivo de apresentar ao Governo as recomendações relativamente ao investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado.

- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

**Lei n.º 72/2013, de 03 de setembro**

**(Assembleia da República)**

Altera (décima terceira alteração) o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, assim como altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 44/2005 de 23 de fevereiro.